

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nos últimos meses, os Portugueses têm vindo a ser confrontados diariamente com uma situação verdadeiramente calamitosa, nunca antes vista, no domínio dos transportes públicos.

Na CP-Comboios de Portugal, fazem-se greves, suprimem-se ligações durante a época alta, os atrasos são crónicos, os comboios estão avariados e as oficinas sem pessoal. Para culminar, e comprovar a situação acima descrita, a Administração da CP-Comboios de Portugal encontra-se demissionária.

Na TAP, a situação também não é melhor. Atrasos e supressão de voos são uma constante e o serviço piorou. No Portal da Queixa as reclamações dispararam 133% no 1.º semestre deste ano e a TAP é já a companhia área com mais queixas. A AirHelp afirmou que as compensações aos passageiros afetados poderá mesmo atingir os 39 milhões de euros.

Afinal, a recuperação do controlo acionista por parte do Estado aquando da reversão do processo de privatização não surtiu o efeito tão propagueado pelo Governo. Este negócio foi inclusivamente criticado pelo Tribunal de Contas. Veja-se porquê: apesar de ser o maior acionista, o Estado não manda na empresa e assume mais riscos do que os acionistas privados, sendo mesmo o único responsável em caso de incumprimento da dívida por parte da companhia aérea nacional.

No tocante aos transportes aéreos, as ligações para as Ilhas da Madeira e do Porto Santo também têm sido noticiadas, mas não também pelos melhores motivos. Com feito, nos últimos dias e depois da TAP ter sido alvo de pesadas críticas, soube-se que a Binter, a companhia espanhola que tem a concessão da linha Funchal-Porto Santo, cancelou na semana passada 12 voos.

Perante esta situação, que inclusive mereceu a preocupação e a crítica do Presidente do Governo Regional da Madeira, o gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas limita-se a dizer que está a acompanhar a situação, ressaltando que a empresa justificou os cancelamentos com razões de ordem meteorológica. Justificação que até poderia ser plausível,

caso a mesma empresa aérea não tivesse mantido, no mesmo período, a linha Funchal-Tenerife.

A questão é mais profunda e radica na forma como o processo de concurso público para as ligações entre as duas ilhas foi conduzido pelo Governo. Por ter sido iniciado tardiamente, foi feito em junho um ajuste direto para contornar o atraso no visto do Tribunal de Contas à concessão da ligação aérea à Binter, contrato que terminou no passado dia 8 de agosto. Desta forma, sem contrato em vigor, a companhia aérea Binter tem vindo a mostrar a sua relutância em manter a ligação para o Porto Santo.

Perante esta situação grave que afeta milhares de passageiros e que penaliza a hotelaria e a economia locais importa obter esclarecimentos junto do Governo.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer ao **Ministro do Planeamento e das Infraestruturas**, através de V. Exa., se digne responder urgentemente às seguintes questões:

1. Que razões motivaram o atraso no lançamento do concurso público para a concessão das ligações aéreas entre as Ilhas da Madeira e do Porto Santo?
2. Que condições foram estabelecidas aquando da celebração do contrato por ajuste direto com a Binter?
3. Teve o Governo da República a preocupação de assegurar naquele ajuste direto a ligação Funchal – Porto Santo – Funchal numa ótica de serviço público, isto é, suscetível de assegurar o princípio da continuidade territorial para os Porto Santenses?
4. Se o Governo da República tinha conhecimento do término do ajuste direto e da necessidade de celebrar novo contrato porque não encetou atempadamente os procedimentos necessários e não informou o Governo Regional?
5. Quem será responsabilizado pelos prejuízos causados à população de Porto Santo, assim como à economia daquela pequena Ilha que vive nesta época a sua fase de elevada procura no turismo? Irá o Governo da República assumir essa responsabilidade perante a população e os agentes económicos de Porto Santo?
6. O que acontecerá daqui a 2 meses aquando do término do atual ajuste direto?

Palácio de São Bento, 17 de agosto de 2018

Deputado(a)s

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

PAULO RIOS DE OLIVEIRA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

RUBINA BERARDO(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

Deputado(a)s

CARLOS SILVA(PSD)

CRISTÓVÃO NORTE(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)